



## Políticas do medo geram abusos dos direitos humanos

Governos poderosos e grupos armados estão deliberadamente instigando o medo para corromper os direitos humanos e criar um mundo cada vez mais polarizado e perigoso, afirmou a Anistia Internacional no lançamento de seu *Informe 2007*, a avaliação anual que a organização faz dos direitos humanos em todo o mundo. O atual quadro põe em risco o Estado de Direito do Mundo, segundo a Anistia.

No Brasil, diz a Anistia, há “problemas nos sistemas judicial, prisional e de segurança pública, entre os quais violações sistemáticas dos direitos humanos, contribuíram para os níveis elevados e persistentes de violência criminal”. E completa: “A maioria das dezenas de milhares de mortes causadas por armas de fogo ocorreu nas comunidades mais pobres. Bem mais de mil pessoas foram mortas em confrontos com a polícia, em incidentes classificados como ‘resistência seguida de morte’, muitas em situações que sugerem o uso excessivo de força ou execuções extrajudiciais. A tortura continuou a ocorrer de forma generalizada e sistemática. O acesso à terra seguiu sendo um foco de violações dos direitos humanos. Houve despejos forçados e ataques violentos contra ativistas rurais, manifestantes contrários à construção de barragens, movimentos de sem-teto e povos indígenas. Muitas pessoas continuaram a trabalhar em condições análogas à escravidão ou sujeitas a servidão por dívida. Os defensores dos direitos humanos continuaram a sofrer ameaças e ataques”.

Para Irene Khan, secretária-geral da Anistia Internacional, “por meio de políticas míopes, divisivas e que promovem o medo os governos estão enfraquecendo os direitos humanos e o Estado de direito, alimentando o racismo e a xenofobia, dividindo comunidades, intensificando as desigualdades e semeando mais violência e mais conflito”. Segundo o documento, “as políticas do medo estão gerando um clima perverso de abusos dos direitos humanos em que nenhum direito é inviolável e ninguém está seguro”.

### Radar

O relatório diz, ainda, que “a ‘guerra ao terror’ e a guerra no Iraque, com seu elenco de abusos dos direitos humanos, criaram divisões profundas e lançaram uma sombra sobre as relações internacionais, dificultando a resolução dos conflitos e a proteção dos civis”.

“Em muito países, plataformas políticas ditadas pelo medo estão promovendo a discriminação, ampliando o abismo entre ‘os que possuem’ e ‘os despossuídos’, entre ‘nós’ e ‘os outros’, deixando desprotegidos os que são mais marginalizados”, afirmou Irene Khan.

Somente na África, centenas de milhares de pessoas foram expulsas à força de suas casas, sem que houvesse o devido processo, sem receber compensação e sem ter alternativas de alojamento – geralmente, em nome do progresso e do desenvolvimento econômico, de acordo com o documento.



Os políticos manipularam o medo da imigração descontrolada para justificar medidas mais severas contra requerentes de asilo e refugiados nos países da Europa Ocidental, enquanto os trabalhadores imigrantes eram deixados sem proteção e explorados em todo o mundo, desde a Coreia do Sul até a República Dominicana, afirma a Anistia.

Segundo o documento, alimentadas por estratégias discriminatórias de combate ao terrorismo nos países ocidentais, as divisões entre muçulmanos e não-muçulmanos aprofundaram-se ainda mais. Por todo o mundo, aumentaram os incidentes de islamofobia, antisemitismo, intolerância e ataques a minorias religiosas.

Ao mesmo tempo, os crimes de ódio contra estrangeiros eram disseminados por toda a Rússia; a segregação e a exclusão da comunidade cigana se alastrava de Dublin a Bratislava, numa demonstração flagrante de falta de liderança para combater o racismo e a xenofobia, ressalta o relatório.

“Uma polarização mais intensa e a acentuação dos temores com a segurança nacional reduziram o espaço para a tolerância e para as diferenças de opinião. Por todo o mundo, do Irã ao Zimbábue, diversas vozes independentes que falavam de direitos humanos foram silenciadas em 2006”, disse Irene Khan.

O relatório trata, ainda, da liberdade de expressão, que “foi suprimida de várias maneiras, como, por exemplo, por meio de processos contra escritores e defensores dos direitos humanos na Turquia; do assassinato de ativistas políticos nas Filipinas; do constante assédio, da vigilância e das freqüentes prisões de defensores dos direitos humanos na China; e do assassinato da jornalista Anna Politkovskaya e das novas leis de regulação das organizações não-governamentais na Rússia. A Internet tornou-se a nova frente de combate pelas diferenças de opinião. Em países como China, Irã, Síria, Vietnã e Belarus ativistas foram presos e algumas empresas compactuaram com os governos para restringir o acesso às informações da rede”.

Em países como o Egito, estilos de repressão já ultrapassados ganharam uma nova leitura inspirada na cartilha de combate ao terrorismo, segundo o documento. Ao mesmo tempo, no Reino Unido, leis antiterroristas vagamente definidas apresentavam uma potencial ameaça à liberdade de expressão.

A Anistia afirma que cinco anos após o 11 de setembro, começam a surgir novas evidências de como o governo dos Estados Unidos tratou o mundo como se fosse um campo de batalha gigante para sua “guerra ao terror”, seqüestrando, prendendo, detendo arbitrariamente, torturando e transferindo suspeitos de uma prisão secreta a outra, por todo o mundo, com impunidade – no que chamaram de “rendições extraordinárias”.

“Nada representou melhor a globalização das violações de direitos humanos do que a ‘guerra ao terror’ liderada pelos Estados Unidos e seu programa de ‘rendições extraordinárias’, que implicaram governos de países tão distantes quanto a Itália e o Paquistão, a Alemanha e o Quênia”, afirmou Irene Khan.

“Estratégias mal concebidas de combate ao terrorismo fizeram pouco para reduzir a ameaça de violência



ou para assegurar justiça às vítimas do terrorismo, mas fizeram muito para prejudicar os direitos humanos e o Estado de direito em todo o mundo. A Anistia Internacional pediu aos governos que rejeitassem as políticas do medo e investissem em instituições de direitos humanos e no Estado de direito, tanto em nível nacional quanto internacional”.

“Há sinais de esperança. As instituições européias criaram um momento propício para que haja transparência e para que se preste conta das rendições. Graças à pressão da sociedade civil, a ONU concordou em desenvolver um tratado para controlar as armas convencionais. Em diversos países, novos líderes e novas legislaturas que assumiram o poder têm nas mãos a oportunidade de corrigir as falhas daquelas lideranças que tanto obscureceram o cenário dos direitos humanos nos últimos anos. O novo Congresso dos Estados Unidos poderia tomar a dianteira e dar o exemplo, reconquistando o respeito pelos direitos humanos, tanto em seu território quanto no estrangeiro”, declarou a secretária-geral.

“Do mesmo modo que o aquecimento global exige uma ação mundial baseada na cooperação internacional, a erosão dos direitos humanos somente será enfrentada através da solidariedade global e do respeito pelo direito internacional.”

### **Conheça trecho do relatório sobre o Brasil e a situação em números em outros países**

República Federativa do Brasil

**Chefe de Estado e de governo:** Luiz Inácio Lula da Silva

**Pena de morte:** abolicionista para crimes comuns

**Tribunal Penal Internacional:** ratificado

Problemas nos sistemas judicial, prisional e de segurança pública, entre os quais violações sistemáticas dos direitos humanos, contribuíram para os níveis elevados e persistentes de violência criminal. A maioria das dezenas de milhares de mortes causadas por armas de fogo ocorreu nas comunidades mais pobres. Bem mais de mil pessoas foram mortas em confrontos com a polícia, em incidentes classificados como “resistência seguida de morte”, muitas em situações que sugerem o uso excessivo de força ou execuções extrajudiciais.

A tortura continuou a ocorrer de forma generalizada e sistemática. O acesso à terra seguiu sendo um foco de violações dos direitos humanos. Houve despejos forçados e ataques violentos contra ativistas rurais, manifestantes contrários à construção de barragens, movimentos de sem-teto e povos indígenas. Muitas pessoas continuaram a trabalhar em condições análogas à escravidão ou sujeitas a servidão por dívida. Os defensores dos direitos humanos continuaram a sofrer ameaças e ataques.

### **Informações gerais**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito para um segundo e último mandato. O primeiro foi marcado por extensas alegações de corrupção por todo o espectro político.

As investigações dessas denúncias relevaram vínculos diretos e indiretos com a erosão da proteção aos



direitos humanos. Em todos os níveis do poder Executivo e Legislativo, foram amplamente divulgadas malversações de verbas públicas que, tanto enfraqueceram a capacidade das autoridades de garantir os direitos humanos básicos por meio de serviços sociais, quanto diminuíram a confiança pública nas instituições do Estado. Destacam-se, especialmente, os vários casos notórios da suposta corrupção no Congresso.

O envolvimento de autoridades públicas em atividades criminosas resultou em violações dos direitos humanos e num aparente crescimento do crime organizado em todo o país. Vários agentes policiais e prisionais estariam implicados com o narcotráfico, vendendo e contrabandeando armas, telefones celulares e drogas para membros de grupos criminosos nas prisões.

O primeiro mandato do presidente Lula também foi marcado por investimentos sociais voltados a objetivos específicos e por uma política fiscal rigorosa. O eixo principal da política social do governo foi o programa Bolsa-Família, que concedeu créditos a cerca de 11 milhões de famílias pobres, condicionados ao envio de seus filhos à escola de primeiro grau. Esta política foi bem acolhida em alguns setores por trazer estabilidade econômica, ao mesmo tempo em que teria conseguido reduzir um pouco a desigualdade

social.

Outros setores, entretanto, como os movimentos sociais, expressaram preocupação com as restrições orçamentárias aos investimentos sociais em outras áreas, principalmente segurança pública, reforma agrária e direitos indígenas, a fim de sustentar o pagamento da dívida e o superávit orçamentário.

Apesar de alguns aspectos positivos, como a introdução de uma legislação criminalizando a violência doméstica e o maior desenvolvimento de programas de combate à tortura e proteção aos defensores dos direitos humanos, diversas questões foram claramente evitadas. A área de maior preocupação foi a segurança pública, em que persistiu a ausência de qualquer atenção política efetiva.

Nenhum dos candidatos a presidente e poucos candidatos a governador propuseram soluções reais e de longo prazo para enfrentar as dezenas de milhares de homicídios cometidos a cada ano em todo o país. Diante do sempre crescente nível de violência, os líderes estaduais e federais continuaram a buscar vantagens políticas propondo soluções reativas e de curto prazo.

A ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura foi aprovada pelo Congresso, mas as reformas para que a legislação brasileira se adequasse ao Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional foram persistentemente

obstruídas.

### **Sistema de Justiça Criminal**

O sistema de justiça criminal continuou a se deteriorar devido ao descaso de longa data dos governos estaduais e federal. As reformas prometidas não foram implementadas, de modo que os sistemas



prisional, judiciário e policial, carentes de preparo e de recursos, foram forçados a enfrentar de maneira inapropriada níveis extremos de violência criminal.

Isso contribuiu para as violações sistemáticas dos direitos humanos por parte destes agentes responsáveis pelo cumprimento da lei, as quais incluíam o uso excessivo da força, execuções extrajudiciais, tortura e maus-tratos, bem como corrupção generalizada.

A tentativa de determinadas autoridades de definir os problemas de segurança pública como uma guerra resultou na adoção cada vez maior de táticas militares pelas forças policiais estaduais. As comunidades mais pobres, que recebem menos proteção do Estado, foram duplamente vitimadas, pois são afetadas por uma maior concentração de criminalidade violenta, ao mesmo tempo em que sofrem com os métodos repressivos e injustos usados pela polícia para combatê-la.

### **Violações dos direitos humanos por parte da polícia e do Exército**

Muito mais de mil pessoas foram mortas por policiais. Estas mortes raramente são investigadas de modo adequado, pois são registradas como “resistência seguida de morte”, o que, em geral, faz com que se descarte previamente qualquer investigação aprofundada. De acordo com as estatísticas oficiais, nos primeiros nove meses de 2006 a polícia do Rio de Janeiro matou 807 pessoas, um pequeno aumento com relação ao ano anterior; em São Paulo, foram 528, mais que o total registrado em todo o ano de

2005.

A própria polícia e os agentes prisionais se tornaram alvo de ataques, sendo que muitos foram mortos. Em maio, o Estado de São Paulo foi abalado pela violência de criminosos e policiais.

Entre os dias 12 e 20, integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC), uma organização criminosa que surgiu no sistema carcerário do estado, saíram às ruas numa impressionante demonstração de violência organizada. Alegando protestar contra as condições nas prisões e a transferência de seus chefes para um presídio de segurança máxima, mataram mais de 40 policiais, incendiaram mais de 80 ônibus, atacaram delegacias de polícia, bancos e uma estação de metrô, coordenando ainda motins e tomadas de reféns em cerca de metade das prisões do estado. Em retaliação, a polícia

noticiou que havia matado mais de 100 “suspeitos”.

Em diversos incidentes em bairros pobres de todo o Estado de São Paulo, pessoas foram assassinadas por homens mascarados em situações que sugeriam execuções extrajudiciais ou vinganças do tipo cometido por grupos de extermínio. As autoridades estaduais apenas forneceram informações detalhadas sobre os mortos pela polícia depois que o Ministério Público ameaçou abrir um processo judicial. No auge da violência, 117 pessoas morreram em incidentes com armas de fogo num só dia. Em julho, o PCC lançou mais ataques, matando vários agentes prisionais.

A reação do governo federal e estadual à violência foi amplamente criticada pelos meios de comunicação, por especialistas em segurança pública, policiais e militantes dos direitos humanos, por



---

tentarem tirar vantagem política da situação antes das eleições, em vez de buscar uma solução para a violência.

As autoridades estaduais do Rio de Janeiro adotaram táticas cada vez mais militarizadas nas suas tentativas de combater os grupos de traficantes que controlam a maioria das favelas da capital. Um veículo blindado de transporte de tropas, conhecido

popularmente como “caveirão”, foi usado para policiar os bairros mais pobres da cidade. Noticiou-se que alguns transeuntes foram mortos por policiais militares que atiravam indiscriminadamente de dentro dos “caveirões”.

Em março, o Exército posicionou soldados e tanques nas ruas das favelas do Rio, na tentativa de encontrar armas que haviam sido roubadas. Embora os promotores públicos federais tenham contestado a legalidade da operação, nenhum dos governos, federal ou estadual, questionou a decisão do Exército de ir às ruas. Os moradores das favelas, porém, reclamaram do tratamento arbitrário, violento e discriminatório dos soldados, que não

havam sido treinados nem tinham mandado para realizar tais operações.

Em dezembro, as autoridades estaduais e municipais do Rio de Janeiro anunciaram que estavam investigando informações de que até 92 favelas estariam sob o controle de milícias para policiais. Segundo relatos, elas eram formadas por ex-policiais e policiais

ainda na ativa que atuavam com o respaldo de políticos e lideranças comunitárias locais.

As milícias estariam garantindo a “segurança” dessas comunidades. Os residentes, porém, denunciaram o uso extensivo de violência e a extorsão de pagamentos em troca de proteção. Algumas comunidades relataram ter sofrido retaliações violentas das facções do tráfico depois que as milícias se retiraram dos seus bairros.

Há informações de assassinatos característicos de grupos de extermínio nos estados nordestinos da Bahia, Pernambuco e Sergipe. Dois homens previamente acusados de envolvimento com um destes grupos, que nos anos 90 era conhecido como “a Missão”, foram nomeados secretário de Segurança Pública e comandante da Polícia Militar do Estado de Sergipe.

Membros da Comissão Estadual de Direitos Humanos expressaram sua preocupação com o retorno dos grupos de extermínio, após receberem notícias de vários assassinatos e desaparecimentos forçados. Em um incidente ocorrido em abril e testemunhado por mais de 50 pessoas, três rapazes adolescentes foram presos por integrantes da unidade de elite da Polícia Militar na comunidade de Mosqueiro. Um dos rapazes teria sido torturado até desmaiar, voltando a si após ser abandonado num matagal. Os outros dois teriam desaparecido e, até o final do ano, não havia sido encontrado qualquer sinal deles.

Em abril, segundo informações, integrantes da Polícia Militar de Recife, no Estado de Pernambuco, teriam detido um grupo de 14 adolescentes que estavam participando do Carnaval. Depois de tê-los torturado, a polícia os teria levado até uma ponte do Rio Capibaribe e os obrigado a pularem no rio. Os



corpos de dois dos rapazes, de 15 e 17 anos, foram encontrados dois dias mais tarde. Um inquérito foi aberto e cinco policiais foram acusados de homicídio e tortura, porém, em junho, um dos rapazes que testemunhou contra a polícia foi morto a tiros.

### **Sistema carcerário**

O sistema penitenciário esteve sob enorme pressão devido ao crescente aumento da população carcerária e à insuficiência de investimentos, tanto financeiros quanto políticos. Noticiou-se com regularidade casos de tortura e maus-tratos cometidos por policiais, carcereiros e por outros detentos com o objetivo de controlar, punir e corromper. Os centros de detenção apresentavam superlotação extrema e condições sanitárias precárias, ao mesmo tempo em que seus funcionários continuavam mal treinados e sem apoio.

Houve vários motins e inúmeros casos de violência entre os presos, pois muitas penitenciárias passaram a ser controladas por grupos criminosos. Tentativas tardias de desmembrar as quadrilhas fizeram com que se recorresse às penitenciárias de segurança máxima, com a aplicação de um Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), que havia sido anteriormente criticado, tanto pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça quanto pela Ordem dos Advogados do Brasil, por infringir os dispositivos de proteção dos direitos humanos contidos na Constituição e no direito internacional.

O colapso do sistema prisional foi evidenciado no Estado de São Paulo pelas condições observadas na penitenciária de Araraquara depois dos motins ocorridos em maio. Durante vários meses, 1.600 presos, inclusive doentes e feridos, foram mantidos num pátio com espaço para 160 pessoas enquanto a prisão era reformada. Houve relatos persistentes de violações contra prisioneiras. Na Colônia Penal Feminina, um presídio de mulheres no Recife, a AI testemunhou condições extremamente precárias.

As internas dormiam no chão e nos chuveiros, os serviços de saúde eram limitados e elas relataram o tratamento violento recebido dos carcereiros. As crianças recém-nascidas ficavam nas celas com as mães, algumas das quais estariam doentes, sem atendimento médico e condições de segurança suficientes.

### **Impunidade**

A extrema lentidão e a ineficácia do sistema judicial reforçaram a impunidade para violações dos direitos humanos. Em fevereiro, o Tribunal de Justiça de São Paulo absolveu o coronel Ubiratan Guimarães de sua participação no massacre da penitenciária do Carandiru, em 1992, no qual foram mortos 111 prisioneiros. Até o final de 2006, nenhum outro policial havia sido julgado por sua participação no massacre.

Uma vitória importante em meio ao clima de impunidade geral foi a condenação, em março, de um dos cinco policiais militares acusados de matar 29 moradores na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, em 2005.



## Terra e moradia

O acesso à terra e à moradia foi um foco de violações generalizadas dos direitos humanos. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, 25 ativistas rurais foram mortos entre janeiro e outubro, 16 deles no Estado do Pará. Milhões de pessoas sofreram

privações sociais e econômicas extremas por não terem acesso à terra e à moradia, tanto nas áreas urbanas quanto rurais.

Aqueles que lutam pelo direito à terra, incluindo os povos indígenas, ativistas rurais e grupos de sem-teto urbanos, sofreram despejos forçados, ameaças e ataques violentos.

Alguns foram assassinados. Pessoas que buscavam acesso à terra geralmente não tiveram acesso à Justiça. Há informações de que as decisões judiciais teriam sido discriminatórias em alguns casos; em outros, as pessoas enfrentaram acusações criminais que teriam razões políticas.

Em agosto, o Tribunal de Justiça do Pará emitiu ordens de despejo para um total de 4 mil famílias, sem lhes oferecer qualquer alternativa de acomodação. Vários dos assentamentos que sofreriam despejo estavam em terras que poderiam ser desapropriadas segundo as leis de reforma agrária, uma vez que as fazendas em que se situavam ou eram consideradas “improdutivas” ou tinham localização ilegal ou, ainda, se valiam de trabalho escravo ou servidão por dívida. Em setembro, os advogados da Comissão Pastoral da Terra conseguiram a suspensão de alguns despejos, mas muitas famílias continuaram sob ameaça.

Houve relatos de tentativas contínuas de prejudicar o trabalho de ativistas sociais no Estado de Pernambuco e de criminalizar seus líderes. Em maio, uma associação que representava policiais militares promoveu uma campanha publicitária com anúncios espalhados pelas ruas do Recife acusando os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de agirem sem lei e sem limites. Dez membros do MST foram presos devido a acusações que, segundo informações, tiveram motivos políticos.

Dois mandados de prisão distintos foram expedidos contra Jaime Amorim, um dirigente do MST. O primeiro por que ele teria liderado uma ocupação de terras que um órgão do governo federal havia considerado passível de desapropriação. O segundo foi emitido após um incidente de perturbação da ordem pública diante do consulado dos Estados Unidos, por ocasião da visita do presidente Bush ao Brasil, em novembro de 2005. Vários dias após o acontecimento, Jaime Amorim foi acusado de desobediência,

incitamento ao crime e desrespeito à autoridade.



Ele foi detido quando acompanhava os funerais de dois ativistas sem-terra assassinados em agosto. Ambos os mandados de prisão foram anulados e Amorim ficou em liberdade provisória. No Estado do Espírito Santo, os povos indígenas tupiniquim e guarani sofreram ameaças e ataques por causa da campanha que desenvolvem há muito tempo pela posse de suas terras ancestrais.

As áreas em litígio foram disputadas pela Aracruz Celulose S/A, uma grande produtora de celulose de eucalipto. Embora a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), subordinada ao governo federal, tivesse reconhecido que as terras eram próprias para demarcação, a decisão de ir adiante com o processo foi bloqueada.

Em janeiro, integrantes da Polícia Federal expulsaram violentamente os índios tupiniquim e guarani de povoados construídos em terras sob litígio. Treze índios foram feridos e dois povoados incendiados, após serem atacados com helicópteros, cães, balas de borracha e gás lacrimogêneo. Segundo informações, a Aracruz Celulose S/A deu apoio logístico à Polícia Federal durante a expulsão.

Em setembro, promotores públicos federais iniciaram um processo civil bem-sucedido contra a Aracruz Celulose S/A, por esta haver promovido uma campanha discriminatória contra os índios tupiniquim e guarani.

### **Trabalho escravo**

Houve progresso no combate ao trabalho escravo. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, 18 mil pessoas foram libertadas da servidão por dívida desde 1995 por membros da unidade móvel do governo federal. Porém, o problema estava longe de ser erradicado. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, todos os anos cerca de 8 mil pessoas são forçadas a submeter-se a condições de trabalho análogas à escravidão ou a servidão por dívida.

As prometidas reformas na Constituição para permitir o confisco de terras onde se verifica trabalho escravo continuaram pendentes no

Congresso.

### **Defensores dos direitos humanos**

Os defensores dos direitos humanos continuaram a sofrer discriminação, ameaças e ataques. Muitos grupos de direitos humanos enfrentaram uma reação negativa após os violentos ataques do PCC em São Paulo.

O governo federal empreendeu alguns esforços para tentar estabelecer seu programa nacional para os defensores dos direitos humanos. Eles resultaram em sessões de treinamento inicial para policiais estaduais no Estado do Pará e preparações para treinamento semelhante nos estados de Pernambuco e Espírito Santo. Contudo, houve relatos de que o plano tinha graves deficiências. Integrantes da sociedade civil que participaram do projeto expressaram diversas preocupações, sobretudo com a ausência de um



---

órgão nacional dotado de recursos suficientes para supervisionar o programa e com a persistente relutância da Polícia Federal em oferecer proteção.

O fato de as autoridades não processarem os responsáveis por assassinar defensores dos direitos humanos continuou a colocar suas vidas em perigo.

Vicente Cañas Costa, um jesuíta espanhol que trabalhava na defesa dos povos indígenas, foi assassinado em 1987 no Estado do Mato Grosso. Dezenove anos depois, dois dos homens suspeitos do crime foram levados a julgamento.

Embora os grupos de direitos humanos tenham ficado satisfeitos pelo fato de o tribunal reconhecer que Vicente Cañas Costa havia realmente sido assassinado, as falhas na investigação inicial teriam contribuído para que ambos os suspeitos fossem absolvidos.

Relatórios e visitas da AI.

## **Relatório**

Brasil: “Chegamos para buscar suas almas”: o caveirão e o policiamento no Rio de Janeiro (Índice AI: AMR 19/007/2006)

Visita

Representantes da AI visitaram o Brasil em maio e junho.

## **Conheça os dados da Anistia que ameaçam o Estado de Direito, segundo a entidade**

Amnesty International

Comunicado à Imprensa

Índice AI: POL 10/007/2007

Serviço de Notícias: 094/07

23 de maio de 2007

TRADUÇÃO LIVRE

*INFORME 2007*

## **AMNESTY INTERNATIONAL DADOS E ESTATÍSTICAS**

Estes Dados e Estatísticas demonstram a situação em algumas áreas de trabalho chave da Anistia Internacional em 2006:



— Violência contra as mulheres

— Controle de armas

— Pena de morte

— Tortura e Terror

— Justiça internacional

Os dados e cifras não contam e nem podem contar, de forma completa, a história de todos os abusos contra os direitos humanos que foram cometidos em todo o mundo em 2006. São representativos dos casos dos quais a *Amnesty International* tomou conhecimento, porém não constituem uma lista exaustiva.

Tal como ilustram as estatísticas sobre a pena de morte, o número real de casos de abusos e de negação dos direitos humanos é sem dúvida muito maior do que este levantamento permite mostrar.

Para acessar os estudos de casos mais detalhados, informações específicas sobre países, ou análises de determinadas questões, utilizar os links que figuram no final das páginas de cada país ou insira uma palavra-chave no sistema de busca. Por exemplo:

Belarus

Desalojamentos forçados

Imigração

Zimbábue

Amnesty International em 2006

2,2 milhões de membros ou simpatizantes em mais de 150 países e territórios.

5.000 pessoas, comunidades, organizações de direitos humanos e famílias, em todo o mundo, foram objeto do trabalho da Amnesty International.

700 pessoas foram formadas, entre defensores e defensoras dos direitos humanos e organizações que defendem esses direitos em todas as regiões do mundo.

473 informes e outras publicações foram produzidos

330 ações urgentes em favor de pessoas em situação de risco foram emitidas

153 países foram analisados no Informe 2007 da Amnesty International.



121 campanhas foram lançadas

120 visitas foram realizadas a 77 países e territórios.

57 países tiveram documentada a reclusão de presos de consciência ou possíveis presos de consciência.

Fonte: Amnesty International

### **Violência contra mulheres**

185 Estados ratificaram a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

62 deles formularam reservas a algumas cláusulas.

9 não assinaram.

1 assinou, porém, não ratificou: Estados Unidos

### **Violência doméstica**

Ao menos 1 em cada 3 mulheres foi agredida, obrigada a manter relações sexuais ou sofreu outro tipo de abuso em sua vida. Geralmente, o autor dos abusos é um familiar ou um conhecido.

### **Tráfico**

2 milhões de pessoas são vítimas do tráfico a cada ano, em sua maioria mulheres e meninas.

137 países, a maioria da Europa Ocidental, Ásia e América do Norte, são os receptores.

127 países, a maior parte da Europa Central e Oriental, Ásia, África Ocidental, América Latina e Caribe são os emissores.

### **Mulheres em situações de conflito**

70% das baixas em conflitos recentes eram de pessoas não combatentes, sendo a maioria delas mulheres e crianças.

Dezenas de milhares de mulheres e meninas sofreram estupros e outras formas de violência sexual desde que começou a crise em Darfur, em 2003.

Nenhuma pessoa foi condenada em Darfur por estas atrocidades, segundo informação que a Amnesty International dispõe.



---

Fonte: Amnesty International, UNICEF, UNIFEM, ONU, OMS, Médicos Sem Fronteiras.

### **Controle de armas em 2006**

1.250.000 pessoas participaram da petição fotográfica “Um milhão de rostos” para exigir um controle mais rigoroso do comércio de armas.

153 governos votaram, em dezembro, a favor de começar a trabalhar em um Tratado Internacional sobre o Comércio de Armas.

24 se abstiveram

1 país votou contra o Tratado: Estados Unidos.

### **Comércio de Armas**

22 milhões de dólares são gastos em média, a cada ano, em armas nos países da Ásia, Oriente Médio, América Latina e África.

22 milhões de dólares permitiriam a estes países escolarizar toda a população infantil e reduzir a mortalidade infantil em dois terços até o ano 2015.

85% dos homicídios que Amnesty International teve conhecimento implicaram o uso de armas leves e de pequeno porte.

60% das armas de fogo do mundo estão nas mãos de particulares.

A cada ano são produzidas 2 balas para cada homem, mulher e criança no planeta.

Fonte: Amnesty International, Estudo sobre Armas Pequenas e Ligeiras 2002, 2003, 2004 e 2005. Informe sobre Desenvolvimento Humano 2005 da ONU. Base de Dados Estatísticos sobre Comércio de Mercadorias (Comtrade), da ONU. Proposta Internacional Finance Facility de janeiro de 2003, do Ministério da Fazenda do Reino Unido. Informe ONUSIDA de 2004. Congresso dos Estados Unidos.

Armas sob Controle é uma campanha conjunta da Amnesty International, Rede Internacional de Ação contra Armas Ligeiras (IANSA) e Oxfam. [www.controlarms.org](http://www.controlarms.org) **A pena de morte em 2006**

20.000 pessoas, aproximadamente, estão no corredor da morte em todo o mundo.

3.861 pessoas foram condenadas à morte em 55 países.

1.591 pessoas foram executadas em 25 países; uma queda em relação a 2005, ano em que foram executadas 2.148 pessoas em 22 países.

128 países não realizaram execuções (após abolição da pena de morte na lei ou na prática).



99 deles aboliram a pena de morte em sua legislação para os delitos comuns; Filipinas foi o 99º país a fazê-lo, em 2006.

91% do total das execuções conhecidas ocorreram em 6 países: China, Irã, Iraque, Paquistão, Sudão e Estados Unidos.

69 países continuam utilizando a pena de morte.

65 pessoas foram executadas no Iraque em 2006.

3 foram executadas no ano anterior

O número de execuções e condenações apresentados incluem unicamente aquelas que a Amnesty International tomou conhecimento; os totais reais são superiores.

Este número é superior ao publicado no Informe da Amnesty International já que inclui informação recebida nas últimas semanas.

Fonte: Amnesty International.

### **Tortura e Terror em 2006**

144 Estados ratificaram a Convenção contra a Tortura e Outros

### **Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes**

102 países registraram casos de tortura e maus-tratos nas mãos das forças de segurança, da polícia e de outras autoridades do Estado, que são documentados no Informe 2007 da Amnesty International.

### **“Guerra contra o terror”**

400 detidos de mais de 30 nacionalidades continuavam reclusos em Guantánamo, símbolo público das injustiças da “guerra contra o terror”, no final de 2006.

200 detidos realizaram greves de fome desde a abertura desse centro de detenção.

40 tentaram o suicídio.

3 morreram em junho de 2006, aparentemente como consequência de suicídio.

Um número desconhecido de pessoas permanece recluso em centros secretos de detenção ou “buracos negros” em todo o mundo.

Fonte: Amnesty International.



## **Justiça Internacional**

### **Tribunal Penal Internacional (TPI)**

104 Estados ratificaram o Estatuto de Roma do TPI.

100 países subscreveram “acordos de impunidade” com os Estados Unidos, o que impede que os cidadãos norte-americanos sejam processados.

6 ordens de detenção foram emitidas.

3 situações são objeto de investigação: Norte de Uganda, República Democrática do Congo e Darfur, no Sudão.

### **Tribunal Penal Internacional para a ex — Iugoslávia**

161 pessoas foram objeto de processo por violações graves do Direito Internacional Humanitário.

### **Tribunal Especial para Serra Leoa**

10 pessoas estão sendo julgadas atualmente, entre elas, Charles Taylor que foi transferido para o Tribunal Especial em março de 2006.

Todos os processados se declararam inocentes. São acusados de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e outras violações do Direito Internacional Humanitário.

### **Tribunal Penal Internacional para Ruanda**

27 julgamentos ocorreram, envolvendo 33 pessoas.

Informação atualizada. Inclui o período de 1º de janeiro a 1º de maio de 2007.

### **Date Created**

23/05/2007